



Miriam Abreu



Plano de Lutas aprovado prevê campanha contra a linha neoliberal dos Planos de Metas do Planejamento Estratégico nos órgãos do Judiciário e que tem como resultado a superexploração dos trabalhadores

## Congresso defende o PCS e a luta contra metas que exploram servidores



PROMOVER JUSTIÇA



Mariana Casagrande, da VT de Xanxerê, e Oswaldir Mantovani Filho, da VT de Concórdia, foram delegados pela primeira vez em Congressos do Sindicato



### E MAIS:

**Plenária aprova Plano de Lutas**

**Diretoria do Sindicato terá Coordenadoria de Saúde** na página 3

**Pesquisa verifica condições de trabalho dos servidores** na página 4



O jornal **O GRITO** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 - Florianópolis (SC)

Fone/Fax: (48) 3222-4668

Site: [www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br)

E-mail: [imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br)

#### Coordenadores Gerais

Adriana Maria Ramos  
Luiz Severino Duarte  
Paulo Roberto Koinski

#### Coordenadores Executivos

Coord. de Finanças e Patrimônio:  
Manoel Prazeres  
Pedro Antonio de Oliveira  
Coord. de Cultura, Promoção Social e Esporte:  
Silvana Liczbinski  
Coord. de Comunicação e Imprensa:  
Denise Moreira Schwantes Zavarize  
Coord. Jurídicos:  
Liliane Toldo Cunha Oldra (licenciada)  
Neila Avila de Souza  
Coord. de Formação Sindical:  
Luiz Roberto Silveira  
Coord. para Assuntos de Aposentadoria e Pensão:  
Adenir Lourdes Canonica Barbon

#### Coordenadores Regionais

Região Planalto  
Robak Jose Barros  
Região Oeste  
Geraldo Tirelli  
Região Sul  
Luciana de Souza Cechinel Bez Batti  
Região do Vale  
Edmilson Silva da Rosa

#### Textos, Diagramação e Edição:

Miriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)

#### Projeto Gráfico: Letra Editorial

Logomarca do Sintrajusc: Paulo Laitano

Impressão: Grafinoorte - Tiragem: 2.500 - Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Colabore com nosso jornal

Escreva para:

[imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br) (Os artigos enviados não poderão exceder 2.500 caracteres e serão publicados na página 3). Receberemos os artigos até o dia 20 de cada mês.



## Congresso debate PCS e condições de trabalho

A defesa do PCS4, com a rejeição de qualquer proposta de mudança que, no modo de remuneração, ataque direitos dos servidores, foi um dos destaques do VI Congresso Ordinário do SINTRAJUSC, que ocorreu nos dias 16 e 17 de outubro, em Florianópolis, com o tema "Judiciário, Meta Única: Promover Justiça". A avaliação foi a de que o PCS4 reflete três anos de discussão e ações concretas da categoria, que resultaram na aprovação do projeto pelo STF e o encaminhamento ao Congresso Nacional.

Dois outros temas foram discutidos e apontados como prioridades para a atuação do Sindicato. Um deles é a luta pelo respeito à jornada legal de trabalho nas três Justiças. Outro é que se faça campanha de denúncia contra os planos de metas que sustentam o Planejamento Estratégico nos órgãos do Judiciário. Ficou claro que é importante planejar, mas a forma usada no Judiciário se atém a uma lógica de mercado, de números e estatísticas, que resulta na superexploração dos trabalhadores.

Para um dos Coordenadores Gerais do Sindicato, Paulo Koinski, que apresentou tese neste sentido, no atual momento de luta pelo PCS4 a categoria está enfrentando dificuldades conjunturais internas do Judiciário Federal e que não estavam presentes na luta pelos PCSs 1, 2 e 3: "Além de todas as dificuldades que enfrentamos naquelas batalhas, desta vez temos um fato novo, o enfrentamento com parte de determinados segmentos da magistratura, como o ocorrido em setembro de 2009, quando a FRENTAS, frente associativa que representa os interesses da magistratura federal, editou nota em que criticava as nossas reivindicações e, neste ano, o posicionamento das direções de alguns tribunais que atacaram nosso Direito de Greve". Em função desses fatores, conclui Koinski, o Congresso ocorreu em momento muito oportuno.

### Atendimento jurídico

As três teses (disponíveis na íntegra na página do Sindicato) apresentadas ao Congresso foram



Delegados também aprovaram propostas para o atendimento jurídico do Sindicato

discutidas em quatro Grupos de Trabalho no sábado, 16, e apreciadas e votadas na Plenária do dia 17. Uma delas defendia a necessidade de descentralizar o Sindicato, propondo a criação de filial em Chapecó. A justificativa para a proposta era principalmente a dificuldade para os filiados terem acesso ao atendimento jurídico do Sindicato.

Na Plenária, foi aprovado que o SINTRAJUSC intensifique a atuação do Setor Jurídico no Estado, respaldado por um estudo de viabilidade. O objetivo a atingir será o de atendimento no local de trabalho dos servidores no interior do Estado, com agendamento prévio e frequência regular, sendo atendida uma região a cada mês, com início a partir de março de 2011.

Também se buscará o aperfeiçoamento do atendimento via internet e telefone, para manter os servidores atualizados sobre as tramitações administrativas e judiciais que envolvam o Sindicato e a categoria como um todo.

A tese que propunha o não-aumento de mensalidade do Sindicato se o PCS4 for aprovado foi rejeitada pelos quatro Grupos de Trabalho, sendo uma das razões apontadas pelos congressistas a de que, se há aumento salarial dos servidores, o Sindicato contribuiu para tanto.

### Processo eleitoral

O Congresso também aprovou a formação de Comissão para formular proposta de reforma do

Capítulo V do Estatuto do Sindicato, que trata do processo eleitoral para a Diretoria Executiva. A proposta será submetida aos servidores através dos fóruns próprios da categoria. A proposta foi feita porque em 2011 haverá eleição para a Diretoria Executiva, e o Capítulo V têm contradições e omissões que dificultam o trabalho da Comissão Eleitoral. Os servidores Adriana Ramos, Denise Zavarize, Luiz Severino Duarte e Sérgio Murilo de Souza tiveram os nomes aprovados para formar a Comissão.

### Assembléia altera Estatuto

(Veja texto na página ao lado)

- O artigo 34 do Estatuto, sobre a eleição de delegados para o Congresso, dizia que seria eleito 1 delegado para cada 10 trabalhadores lotados no local de trabalho ou fração menor que 10. Foi aprovado que seja eleito 1 delegado para cada 5 trabalhadores lotados no local de trabalho ou fração menor que 5.

- O artigo 40, sobre as competências da Assembléia Geral, terá mais uma alínea:  
h) eleger dentre os filiados delegados para Reuniões Ampliadas, Plenárias ou Congressos da Federação, mediante o voto de filiados.

P. Único - Na hipótese da alínea "h" será como pressuposto para a candidatura ter no mínimo 3 (três) meses de inscrição no quadro social do SINTRAJUSC na data do evento eleitoral, observado o disposto no art. 9º.

Miriam Abreu

 **ESTATUTO**

# Sindicato terá Coordenadoria de Saúde a partir da próxima gestão

A substituição do cargo de um Coordenador Jurídico por um de Coordenador para Assuntos de Saúde do Servidor foi uma das alterações aprovadas na Assembléia Geral que debateu e aprovou mudanças no Estatuto do SINTRA-JUSC. A alteração, que não afetará o número total de componentes da Direção, terá validade a partir da próxima eleição do Sindicato.

A proposta foi feita porque as questões relativas à saúde do servidor estão em pauta tanto na categoria como nos Tribunais Superiores. A nova Coordenação terá como funções implementar a política voltada para a promoção da saúde, conforme definido pela

Diretoria Colegiada e pelos fóruns da categoria, e promover ações que tragam para a pauta de reivindicações e debates as questões relativas à saúde dos servidores.

Outra mudança aprovada foi na mensalidade cobrada pelo Sindicato. Antes, a cobrança de 0,63% (uma vez que de 1% são excluídos os valores relativos ao IRPF e à previdência social) excluía a gratificação natalina. Agora, a incidência sobre a gratificação natalina será de 0,63% apenas sobre a antecipação do décimo-terceiro salário (primeira parcela) e se dará a partir do mês de janeiro de 2011. A Coordenadora Denise Zavarize explicou que a alteração foi necessária porque,

de acordo com o texto do Estatuto em vigor, a mensalidade sindical incide sobre todas as parcelas tributáveis, o que é o caso da gratificação natalina, mas excluía esta última porque a mensalidade era de 1% sobre a remuneração bruta do servidor.

Outro dado é que a redução de mensalidade, aprovada no Congresso de Itá, não trouxe para os quadros do Sindicato as filiações que estavam se anunciando (hoje nosso quadro de filiados é de cerca de 40% da base). Apesar de a Diretoria Executiva ter adotado uma política de redução de gastos, a diferença de arrecadação está pesando no orçamento. Uma destas medidas importa inclusive

no fato de o Sindicato ficar sem um Coordenador liberado nos meses de dezembro a fevereiro, quando os demais Coordenadores assumem a função atribuída ao liberado, com a economia do pagamento da sua remuneração na folha.

Não é demais lembrar, frisa Denise, a importância da contribuição mensal dos servidores para sustentarmos o encaminhamento de lutas importantes - como o PCS4 - e o melhor atendimento dos anseios dos servidores - como é o caso das mudanças no atendimento da Assessoria Jurídica aprovadas no Congresso. Confira na **página 2** outras alterações aprovadas no Congresso.

 **PLANO DE LUTAS**

**Além de discutir as três teses, os Grupos de Trabalho apresentaram propostas que, com mudanças, foram aprovadas na Plenária. Confira:**

**1) CONGELAMENTO SALARIAL E ESTABILIDADE:** O Sindicato deve angariar a luta dos servidores a fim de barrar os projetos de lei nº 549/09 (congelamento de salários) e 248/09 (fim da estabilidade), inclusive enviando uma nota aos candidatos à presidência da República a fim de que eles se posicionem acerca da aprovação ou não desses projetos, bem como do PCS;

**2) AVALIAÇÃO FUNCIONAL:** o Sindicato também deve propor, no próximo PCS, critérios para isso, para que a avaliação seja mais objetiva, analisando cada cargo ou função de forma diferenciada, sob pena de tratar os desiguais de forma igual. Por exemplo, o critério referente à iniciativa do servidor deve ser verificado com maior importância somente nos casos em que ele exercer função de gestão, sob pena de forçar o servidor a ser subordinado em relação aos demais servidores hierarquicamente superiores no setor de trabalho;

**3) METAS:** o Sindicato deve combater as metas determinadas pelo CNJ, coibir a jornada ex-

cessiva e assim prevenir o avanço das doenças laborais, bem como a melhor prestação jurisdicional e a garantia do direito à qualidade de vida dos servidores;

**4) Organizar campanha de denúncia do caráter neoliberal dos planos de metas do planejamento estratégico nos órgãos do Judiciário, que resultam na superexploração dos trabalhadores;**

**5) CARGOS:** após a discussão do PCS4, o Sindicato deverá lutar pelo aumento de cargos e criação de Varas do Trabalho, buscando a melhoria da qualidade de vida dos servidores, diminuindo a carga excessiva de trabalho, as doenças laborais e auxiliando na maior celeridade processual (o que é impossível com o quadro atual);

**6) APOSENTADORIA INTEGRAL - EC 47 -** o Sindicato deve lutar pela aposentadoria com remuneração integral e não limitada ao teto da previdência social, visto que a contribuição previdenciária está sendo calculada sobre toda a remuneração;

**7) CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS -** lutar contra a contribuição previdenciária sobre os proventos dos inativos;

**8) APOSENTADORIA -** o Sindicato deve lutar para que não haja a majoração da idade mínima para se aposentar;

**9) TERCEIRIZAÇÃO -** o Sindicato deve lutar pela não-terceirização dos setores, mesmo aqueles referentes à atividade meio, como serviços gerais, informática e segurança, mantendo a obrigatoriedade constitucional do concurso público para ingresso na carreira;

**10) PLANO DE LUTAS -** o sindicato deve se engajar ativamente no plano de luta com a FENAJUFE, buscando a aprovação do PCS4;

**11) Rejeitar qualquer proposta de mudança no modo de remuneração para subsídio, por atacar direitos inalienáveis dos trabalhadores;**

**12) Identificar as Varas ou Unidades Judiciárias que estão com sobrecarga de trabalho por excesso de processos e/ou déficit real de pessoal (e não a lotação formal), excluindo-se os servidores que estão em licenças de saúde por longos períodos, a fim de aumentar o quadro de servidores para evitar o adoecimento dos servidores restantes;**

**13) Priorizar a luta pelo respeito à jornada de trabalho;**

**14) Lutar para que a estatística para a definição da lotação-padrão das Unidades Judiciárias leve em conta todos os processos que tramitam no local, inclusive cartas precatórias e processos na fase da execução;**

**15) ASSÉDIO MORAL -** o Sindicato deve se engajar na luta contra o assédio moral da administração do TRT em face dos servidores que participaram da Greve e assinaram o acordo efetuado com a instituição, visando a compensação das horas não trabalhadas durante a Greve;

**16) Em situações críticas, como o estado de Greve, devem as Unidades Judiciárias eleger um delegado que represente localmente o Comando de Greve.**

**17) Realização, por parte do Sindicato, de um Seminário sobre os três planos de saúde dos Tribunais, para avaliação e encaminhamentos sobre as melhores opções para os servidores.**

**18) Buscar a aproximação com o MPU para futura luta conjunta com esses servidores.**

# "Quanto mais rápido e em maior quantidade se julga, mais se banaliza o conflito social"

Miriam Abreu

A frase é do juiz do Trabalho Alessandro da Silva, membro do Conselho Executivo da Associação de Juízes para a Democracia. Ele foi convidado para falar, no sábado, dia 16, sobre o tema do Congresso, "Meta Única: Promover Justiça". O juiz mencionou características do atual período histórico que influenciam o cotidiano e o trabalho. Uma delas é a demanda por velocidade. "As pessoas, a sociedade, exigem soluções rápidas, o que se reflete também no Judiciário".

É nesse contexto, por exemplo, que se inserem as metas do CNJ, uma delas a Meta 2, sobre o prazo para julgamento de processos. As metas foram uma tentativa de identificar os "gargalos" do Judiciário, mas, dentro dos marcos da própria Reforma do Judiciário, tal tentativa se deu dentro da lógica neoliberal, que embute a idéia de velocidade, de estatísticas e prazos. Mas o juiz alertou: "Quanto mais rápido se julga, menos tempo se tem para amadurecer as decisões". Pequenos prazos, observou ele, têm relação direta com decisões irrefletidas. As decisões saem como de uma linha de produção, e há possibilidade de falhas no sentido de a Justiça não cumprir sua missão.

Com relação aos servidores, avaliou o juiz, as novas tecnologias, apesar de terem pontos positivos, também têm impacto, gerando doenças ocupacionais. Ele observou que de todo o modo se trata de um processo de transição, e por isso há que se pensar no respeito à saúde física e psíquica dos trabalhadores e na efetiva justiça nas decisões do Judiciário. O debate foi bastante rico, mostrando o quanto o tema preocupa a categoria.

Um dos temas citados foi o Direito de Greve, e o juiz observou que houve retrocesso nas decisões que envolvem esse assunto,

evidenciando um acirramento da rivalidade entre juízes, servidores e advogados, especialmente quando os juízes se colocam na condição de patrões. Hoje, também constatou ele, a população em geral tem resistência às Greves, mas nem sempre percebe o quanto o resultado das Greves pode repercutir de forma positiva em toda a sociedade.

Com relação ao STF, o juiz falou sobre as possibilidades de dar mais transparência, por exemplo, às nomeações de ministros, deixando mais visíveis seus currículos, suas posições em relação a vários temas. Um dos questionamentos foi que os juízes e servidores muitas vezes não são ouvidos quando se tomam decisões nas instâncias superiores. Para o magistrado, uma proposta nesse sentido seria a formação de comissões de relacionamento institucional que se reuniriam para discutir assuntos variados, rompendo a cultura de individualismo dentro da instituição.

Outra pergunta se relacionou ao fato de que nas empresas públicas e privadas se vê o quanto o adoecimento está presente, mas os gestores ignoram isso e não há luta coletiva, quando deveria haver uma aproximação entre os trabalhadores. O juiz observou que as relações não podem ser de autoritarismo, e



Juiz Alessandro da Silva, da JT: soluções passam pela luta coletiva

sim de liderança, e constatou que, no âmbito do Judiciário, o modo de se relacionar não é pautado de forma mais aprofundada na formação dos juízes.

Ao final do debate, o palestrante deixou claro que a busca de soluções passa pela luta coletiva e, na condição de juiz, afirmou que é preciso rehumanizar quem exerce o papel de julgador, para que ele não fique indiferente, ao longo de sua atividade, ao que está acontecendo na realidade, aos seres humanos que esperam a sua sentença.

## Sindicato apresenta no Congresso pesquisa sobre saúde dos servidores

A discussão sobre a saúde dos servidores foi tema de tese e de reforma estatutária no VI Congresso Ordinário do SINTRAJUSC. O momento foi adequado, portanto, para apresentar a pesquisa "Como vai você?", organizada pelo Sindicato. O servidor da JF Edson Jorge da Silva, que está na comissão envolvida na iniciativa, disse que o objetivo é verificar as condições de saúde e de trabalho dos servidores do Judiciário Federal em SC e, a partir do conhecimento desta realidade, propor e encaminhar soluções que atendam a categoria.

O questionário tem três partes. A primeira, na qual a pessoa não se identifica, traça o perfil sociodemográfico dos servidores do Judiciário em SC. Há questões como grau de instrução, tempo de profissão, cargo e jornada de trabalho, entre outras. A segunda tem uma série de afirmações para as quais a pessoa escolhe, em uma escala numérica, a que mais se

aproxima da resposta com a qual se identifica. A terceira é integrada por uma série de perguntas sobre a experiência pessoal do servidor (qualidade de vida e saúde no trabalho). Quando necessário, o trabalhador também é entrevistado de forma individual pela coordenadora do estudo, a psicóloga Vera Regina Roesler.

Edson disse que os servidores que participarem do estudo podem ficar seguros em relação ao sigilo dos dados: "São seguidos todos os preceitos éticos que regulamentam pesquisas com seres humanos". Os questionários são lacrados e a tabulação de dados não irá passar pelo Sindicato, que só receberá o relatório final do estudo, sem indicação de setor, cargo ou localidade onde trabalha o entrevistado. A direção do SINTRAJUSC divulgará as informações gerais (apenas os resultados) a todos os servidores, sindicalizados ou não, e que tenham ou não participado da pesquisa.

### Congresso aprova moção em defesa da saúde

No final do Congresso, foi apresentada proposta de moção, aprovada na Plenária, nos seguintes termos:

"Os delegados reunidos no VI Congresso Ordinário do SINTRAJUSC, nos dias 16 e 17 de outubro, em Florianópolis, aprovam Moção de Repúdio contra a atitude autoritária da Administração do TRT da 12ª Região, ao retirar o Odontomóvel do atendimento ao interior do Estado, bem como cancelar a ginástica laboral em Varas do interior do Estado. Repudiamos também a política adotada pela Administração do Tribunal em relação à saúde e ao ambiente de trabalho".